



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SARDOAL

ACTA Nº 02/ 2011

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM

28 de Abril de 2011

PRESIDENTE: Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves

2º SECRETÁRIO: Alcina Manuela Batista Pinto C. Almeida



Aos vinte e oito dias do mês de Abril do ano de dois mil e onze, pelas vinte horas e quinze minutos, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Sardoal, no Salão Polivalente do Centro Cultural Gil Vicente, em Sardoal, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Período Antes da Ordem do Dia

Ordem de Trabalhos

- 1. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea e) do n.º 1 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;**
- 2. 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano e 1ª Revisão ao Orçamento;**
- 3. Prestação de Contas – Ano de 2010;**
- 4. XIX Congresso da ANMP – Eleição do Presidente da Junta e seu substituto;**

Período de Intervenção do Público

Seguidamente procedeu-se à chamada, tendo-se verificado a presença dos seguintes deputados da Assembleia: -----

Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves, José Maria Mora de Campos, Joaquim António Lopes Serras, Anacleto da Silva Batista, Júlio Martins Lobato, Alcina Manuela Batista Pinto C. Almeida, Adérito Miguel Gaspar Garcia, José Fernando Amaro Esteves, Maria Arminda da Luz Oliveira, Rui Miguel Vermelho Serras, Hália Filipa da Costa Santos, Victor Lopes Pires, António Pereira Fernandes, Manuel José dos Santos Serras e Fernando Teresa da Silva. -----

Estiveram presentes os Senhores Presidente e Vice-Presidente da Câmara, bem como os Senhores Vereadores, Joaquim Serras, Fernando Vasco e Pedro Duque. -----

Não estiveram presentes os Senhores deputados, Manuel Paulo de Almeida da Silva, Carlota Maria Garibaldi Serrão Mora, Francisco da Silva António e Luis Patrão Salgueiro, tendo as faltas sido justificadas antecipadamente. -----

Interveio o Senhor Presidente da Assembleia para explicar o porquê de a sessão estar a ser realizada naquele dia, porquanto era a única data disponível. -----



Tomou a palavra o Senhor deputado Anacleto Batista, para fazer uma pequena homenagem ao Doutor José Vasco, recentemente falecido, pedindo que fosse feito um minuto de silêncio em memória do mesmo. -----

Foi colocada a votação, a acta da última sessão realizada no passado dia 28 de Fevereiro, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

Período Antes da Ordem do Dia

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia, felicitando “O Getas” pelas actividades desenvolvidas na Semana Santa. Continuou, questionando o Senhor Presidente da Câmara, sobre um comunicado publicado naquele dia, no Jornal “O Mirante”, a pedido de um munícipe, e que tem a ver, com a ocupação de terrenos públicos, por privados, nas imediações do Centro Cultural Gil Vicente e com a disponibilidade e facilidade que a Câmara concedeu às pessoas interessadas em questão, para consultarem processos relacionados com este assunto. Questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre se efectivamente existem terrenos públicos nas imediações do Centro Cultural Gil Vicente que estejam ocupados por privados, entendendo-se por privados, todas as entidades que não são do âmbito do Estado, independentemente do tipo de entidade a que se esteja a referir. Se existem ocupações e se estão a coberto de algum protocolo de cedência de espaço e se não estão, porque é que não estão e como é que pensa resolver esta questão. Outra questão relacionada com este assunto tem a ver com as cartas que o Senhor Presidente da Câmara enviou supostamente aos munícipes, requerentes dos processos que foram consultados, sobre esta questão, que muito subtilmente o Senhor Presidente soube usar, segundo e fazendo fé, que seja verdade o que é referido no comunicado, porquanto o Senhor Presidente da Câmara não prestou aos requerentes, ou seja, às pessoas titulares dos processos, a informação necessária sobre os pedidos de consulta dos processos, nomeadamente porque é que os processos foram pedidos para consulta, que houve inclusive um parecer duma entidade pública, sobre a necessidade ou obrigatoriedade da Câmara disponibilizar os processos, porque numa primeira fase não o quis fazer, aliás, indeferiu o primeiro requerimento e, ainda, devia ter informado os munícipes, se foram ou não foram tiradas cópias ou certidões de qualquer peça do processo. Gostaria que o Senhor Presidente informasse porque é que a informação não foi prestada na totalidade, sabendo que o não prestar da totalidade da informação de alguma forma iria beneficiar o Presidente da Câmara a Câmara Municipal e pode vir a prejudicar o munícipe que manifestou interesse neste assunto. O Senhor deputado colocou outra questão, a qual tem a ver com as obras de reparação



da Barragem da Lapa, referindo ter sido informado que existe um acordo sobre as obras que têm de ser feitas, existindo supostamente um compromisso do Consórcio para as fazer, mas existe a necessidade da Câmara Municipal reparar o passadiço, indagando quando é que vão ser feitas as reparações, quer da responsabilidade da Câmara quer da responsabilidade do consórcio e se, em algum momento, está em causa ou pode estar em causa o abastecimento da água à população, e estando em causa o abastecimento, qual é a forma que o Senhor Presidente da Câmara pretende implementar para sanar esta questão. -----

Questionou ainda o Senhor Presidente da Câmara, com um bypass ao Senhor Vice-Presidente e, que tem a ver com os escalões do consumo de água. Referiu que esta questão já foi abordada por diversas vezes, tendo havido um compromisso verbal pelo Senhor Vice-Presidente, embora não esteja escrito, de que em muito breve trecho se iria alterar o 1º escalão do consumo de água, que ainda está nos três metros cúbicos, o que de alguma forma acaba por penalizar as pessoas que consomem menos água e, aquilo que foi proposto e, que o Senhor Vice-Presidente assumiu que se iria fazer, era alargar o primeiro escalão até aos cinco metros cúbicos, questionando para quando é que se pretende fazer esta correcção e, se se pretende ou não, manter o preço actual da água no primeiro escalão em vez dos três até aos cinco metros cúbicos. -----

A última questão a colocar, tem a ver com contenção de despesas, devido à crise que o país atravessa, questionando quais são os sinais que a Câmara Municipal pretende dar, que medidas é que pretende tomar para fazer a sua parte nesta questão, contribuindo para a redução do deficit público do País. -----

Interveio o Senhor deputado Rui Serras questionando sobre as análises da água, sabendo que na distribuição em baixa a responsabilidade é da Câmara, pensando que estão a ser feitas e publicadas, mas na parte alta gostaria de saber quem é que faz as análises e quais os locais onde se podem consultar os resultados. A segunda questão, tem a ver com o Autocarro que foi decidido adquirir, querendo perceber qual o ponto da situação e quando é que o Autocarro entra efectivamente em funcionamento. -----

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra referindo que, em relação ao que disse o Senhor deputado, sobre a existência nas imediações do Centro Cultural de espaço público ocupado por privados, referiu desconhecer completamente o processo na medida em que toda a definição destes arruamentos foi feita ainda no tempo em que era Presidente da Câmara a Senhora Francelina e, em que havia na Câmara uma maioria socialista. Sabe que havia um arruamento que não teria sequer três



metros de largura e quando houve necessidade de fazer aquela avenida que passa em frente os proprietários dos terrenos confinados com esse arruamento tiveram que ceder alguns terrenos, tendo havido um reajustamento das extremas. Sobre os termos da negociação da definição desse espaço, disse não conhecer nem ter participado directa ou indirectamente nesse negócio, o qual foi feito no tempo da maioria socialista em que definiram estas avenidas, sendo que deveria ser questionada a Senhora Francelina como é que foi feito aquele enquadramento e o alargamento desta rua. -----

Em relação ao comunicado que o deputado referiu, disse não ter percebido em como é que é beneficiado o Presidente da Câmara e prejudicado o munícipe, referindo que existe um munícipe no Sardoal que entendeu que deveria, na realidade, vasculhar todos os processos de pessoas que estando em casa descansados na sua vida, que meteram os processos atempadamente à Câmara, alguns com 30 anos de tempo e de repente vêm a sua vida devassada em termos da procura, do vasculhar de todos esses processos. Referiu ainda que numa primeira reacção o entendimento da Câmara foi que, só teria direito a analisar um processo quem directamente estivesse interessado no mesmo, quem poderia estar, se há uma obra, um vizinho ou alguém que de alguma forma confine com a obra. Depois houve uma queixa para uma autoridade legitimada que comunicou à Câmara que teria de ceder, tendo a Câmara ficado com um dilema, pois teria de cumprir com a decisão e cumpriu, mas também entende que era importante que as pessoas que estavam com a sua vida devassada tivessem conhecimento que a sua vida estava a ser devassada. Qual o objectivo que essa pessoa tinha para pedir os processos, não sabe, mas a verdade é que qualquer pessoa que esteja interessada e que seja dona do processo tem o direito de ir à Câmara saber o que é que se passa e porque é que a sua vida está a ser devassada. Este foi o procedimento que a Câmara achou ser o mais correcto, porque ninguém tem o direito de devassar a vida dos outros. Referiu não saber qual o benefício para o Presidente da Câmara, porque o mesmo não foi tido nem achado neste processo. Entendeu e muito bem e, seguindo a opinião dos técnicos, a Câmara Municipal deveria comunicar a todas as pessoas, que neste momento estavam a ver as suas vidas devassadas. -----

Relativamente ao passadiço da Lapa, está a chegar-se ao fim do processo, o qual é complicado, demorado, que envolve muitos custos e em que os técnicos ao analisarem os processos, chegaram à conclusão que seria útil para a Barragem, que o passadiço deixasse de encostar directamente no paredão e ficasse a encostar na margem direita da ribeira. Porque se trata de uma obra complicada a Câmara já reuniu com o empreiteiro e está-se a equacionar a possibilidade, dentro da Lei, de fazer



ajustes directos com a empresa que vai reparar e reconstruir a Barragem de modo a que haja uma sintonia perfeita entre quem vai executar as obras para que não hajam atrasos. -----

Em relação aos escalões da água, referiu que, aquilo que sabe e o que foi transmitido pelo Senhor Vice-Presidente, e que terá afirmado ali, é que, os escalões seriam revistos quando se fizesse uma actualização à tabela de taxas. É evidente que esta é uma recomendação que a Câmara tem e irá ser cumprida dentro daquilo que a lei determinar, mas não sabe qual vai ser o valor dos escalões. -----

Em relação à contenção de despesas, independentemente do choque que tem sido para a Câmara, o facto de cada vez mais os cortes serem uma realidade, cada vez mais a Câmara está a sofrer as consequências de uma gestão a nível do poder central, que a Câmara considera errada desde o princípio, que tem obrigado a Autarquia a ter alguma contenção na despesa e, a Câmara tem tido contenção na despesa, mas não pode pôr em causa, a parte social, os valores de formação, os valores morais das pessoas. A Câmara está atenta e está a procurar salvaguardar que as pessoas tenham, dentro daquilo que é possível, alguma qualidade de vida no Sardoal. -----

Em relação ao Senhor deputado Rui Serras, referiu que as análises em alta serão da entidade que explora a água em alta, neste caso é a Águas do Centro e sobre o autocarro que a Câmara pretende adquirir, pensa-se que no final do mês de Maio, o autocarro será entregue. -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia lamentando que o Senhor Presidente, nas questões que não lhe agradam, não responde e hoje não respondeu a algumas que lhe colocou, nomeadamente porque é que não informou os titulares dos processos, reportando-se ao assunto comunicado e ocupação de espaços públicos por privados, porque é que não informou os requerentes do motivo da consulta, porque o que consta no comunicado é que foi feito um requerimento à Câmara a pedir a consulta aos processos, devendo ter sido indicado qual o motivo da consulta, o Senhor Presidente não respondeu porque é que não deu esta informação aos munícipes que contactou e fez muito bem em contactar e informar, mas deveria ter dado a informação completa. -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara referindo que os processos que foram para análise, são processos do Bairro da Tapada do Milheiriço, do Bairro da Tapada da Torre e, nos requerimentos não foi dito qual a razão porque é que estavam a pedir, tendo a Câmara deduzido que tenha a ver com queixas, porque entretanto o munícipe já fez vários tipos de queixas em relação a prédios e construções existentes nesta área, portanto a Câmara não sabe exactamente o que é que o munícipe queria, querendo consultar todos os processos de todas as ruas, tanto neste bairro como no bairro da



Tapada da Torre. Se o Senhor souber qual o motivo seria bom que o dissesse, referindo mais uma vez que desconhece, nem sabe qual é a relação que possa haver em querer saber por exemplo, um processo da casa do prédio construído, em que o Senhor Vice Presidente da Câmara comprou, com esta rua do Centro Cultural ou com a ocupação em espaços públicos por privados na zona do Centro Cultural. -----

O Senhor deputado Adérito Garcia referiu que aquilo que conhece é o que está no comunicado publicado no Jornal “O Mirante” e, por isso é que colocou as perguntas para que todos possam estar informados e saber o que é que se passou. Questionou ainda se das obras de correcção relacionadas com o passadiço na Barragem da Lapa se põem ou não em causa o abastecimento de água à população e, se colocar em causa quais, serão as medidas a tomar para evitar esse problema. ---

O Senhor Presidente da Câmara referiu que terão de ser tomadas algumas medidas, tendo em atenção as obras que vão ser realizadas na Lapa. Este problema e este processo vão ser conduzidos naturalmente pela empresa que virá proceder à reparação da Barragem, neste caso o Consórcio que construiu a Barragem e a Águas do Centro, a Câmara terá de receber a água em óptimas condições. ---

Interveio o Senhor deputado Anacleto Batista, sobre o preço da água, dando conhecimento de duas facturas de água, uma do Concelho de Abrantes e outra do Concelho de Sardoal, com quatro metros cúbicos, com o valor de 0,46€ e, em Abrantes com cinco metros cúbicos o valor é de 0,69€, em que acresce ainda o valor da taxa fixa de 33 dias 0,096€ o que dá 3,17€, ou seja uma factura onde houve um consumo de cinco metros cúbicos de água custa só 16, 96€, a factura do Sardoal onde teve 4 metros cúbicos de água custou 6,60€, parecendo-lhe a si que a diferença é significativa. Este consumo em Abrantes é relativo a um escritório que nada tem a ver com os registos domésticos, tendo tarifa de água fixa, tarifa de saneamento fixo, tarifa de saneamento adicional e tarifa de resíduos sólidos fixa, sem gastar um metro cubico sequer paga 16,89€. Na sua opinião anda-se a empolar a questão do preço da água no Sardoal há já bastante tempo. -----

Sobre a questão dos requerimento nada irá dizer a não ser que é lamentável que haja uma decisão da Câmara, primeiro a indeferir e depois que haja alguém que imponha uma decisão a obrigar a Câmara a fazer, são mais entidades a serem demandadas judicialmente porque a instituição que representa também está avisada. -----



1. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea e) do n.º 1 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que todo o trabalho desenvolvido desde a última Assembleia até agora foi uma sequência da continuidade que a Câmara tinha já desenvolvido no período anterior e nesse caso limitou-se muito a informação. -----

Foram enunciados os casos mais significativos, nomeadamente o caso das Rua das Olarias que deveria ter tido mais desenvolvimento, mas o tempo não deixou trabalhar em situações de chuva. -----

Salientou o trabalho desenvolvido pelo Gabinete Técnico Florestal que está a ter um trabalho, reconhecido não só a nível distrital com a chamada a Santarém pela Senhora Governadora Civil, dos técnicos do gabinete para apresentarem publicamente o trabalho que estavam a desenvolver, foram convidados também para irem a Coimbra à sede da Associação Nacional de Municípios para que pudessem apresentar o seu trabalho, com vista à sua divulgação pelos concelhos do País. São acções e são factos que à Câmara satisfazem e dão vontade para prosseguir em trabalhos deste tipo. Em relação aos arruamentos de Valhascos, o que foi posto a concurso foi concluído, as obras estão praticamente concluídas, faltando terminar numa outra fase, três ruas que ainda não foram contempladas nesta fase. -----

Referiu ainda que na sequência deste processo está já em concurso, em parte final do concurso e, em termos de QREN falta saber se são aprovados e em que termos é que são aprovados, os arruamentos de Cabeça das Mós Norte, Panascos que deverão ter o desenvolvimento muito rapidamente. -----

Relativamente à Rua do Paço, está feito o projecto e é uma obra que a Câmara irá fazer por administração directa, estando a programar-se a aquisição dos materiais que vão ser necessários. -----

Em relação ao Campo de Futebol, é público a necessidade de se ter o parecer da FIFA, o qual já foi concedido, aguarda-se que chegue o documento para que o processo possa ser devidamente concluído. -----

Referiu ainda que a Câmara encontra-se a preparar candidaturas que possam integrar-se em projectos a serem comparticipados em termos de QREN para recuperação de edifícios municipais nomeadamente, o jardim, o edifício do antigo colégio e o edifício que a Câmara comprou para alargamento dos Paços do Concelho. -----



Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia, felicitando o trabalho desenvolvido pelo Gabinete Técnico Florestal e reconhecendo o mérito porque outras entidades já o fizeram e a bancada do Partido Socialista também sabe reconhecer quando as coisas são bem feitas. -----

Fez também referência ao quadro financeiro para registar o acréscimo das dívidas a terceiros a curto prazo que são 4% a mais, não sabendo até que ponto não começa a haver uma contradição com as palavras do Senhor Presidente da Câmara minutos atrás sobre a contenção de despesa. -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara referindo congratular-se com a posição do Senhor deputado, dizendo ser bom que se reconheça quando se está a trabalhar bem e, em relação ao aumento da despesa, tem muito a ver com os cortes que a Câmara foi sujeita, com compras que tinham de se fazer com obras que a Câmara teve de arrancar sendo natural que essa despesa tenha disparado, o que não quer dizer que não se inverta essa situação. -----

2. 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano e 1ª Revisão ao Orçamento;

Interveio o Senhor Presidente da Câmara referindo ser um trabalho de ordem técnica, tem a ver com a colocação em termos de despesa de capital que estava em despesa corrente e tem a ver com a revisão do Plano Director Municipal, que como se sabe o processo esteve parado sendo necessário reinicia-lo agora que se chegou a termo, em termos de conversações, primeiro a empresa que acabou com os herdeiros da própria empresa e teve de se efectuar essa alteração, passar de despesa corrente para capital aquilo que era despesa de capital. -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia, dizendo que se está no mês de Abril e, segundo já foi abordado nesta Assembleia, já há alguns meses que se sabia que mais tarde ou mais cedo a Revisão do PDM iria resultar na entrada de uma nova empresa, mais uma vez, maus orçamentos, maus resultados e isto é mais uma prova que de facto assim é. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo não entender bem porque é que o senhor deputado está a relacionar este assunto com maus orçamentos ou maus plano, porque se trata de uma questão técnica, em que os serviços tiveram dúvidas sobre o enquadramento ou não do Plano Director Municipal em capital ou corrente, fizeram a consulta para saber onde seria colocado e, quando veio a resposta o processo foi desenvolvido formalmente, não se tratando de alterações, mas sim passar de corrente para capital. -----



Posto o assunto a votação, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria aprovar, com 11 votos a favor e 4 votos contra. -----

De acordo n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta**, a deliberação tomada. -----

3. Prestação de Contas – Ano de 2010;

Foram debatidas algumas questões relativamente ao envio por parte dos serviços deste documento pela via informática. -----

O Senhor Presidente da Câmara interveio referindo que as obras realizadas durante todo o ano, vêm expressas de uma maneira clara e sucinta, realçando que objectivamente a despesa reduziu cerca de 200 mil euros. O relatório espelha aquilo que foi a actividade da Câmara no ano de 2010. -----

Interveio o Senhor deputado Joaquim Serras referindo que em relação ao relatório de gestão quer realçar os aspectos positivos, a título de exemplo, o facto de se ter assegurado o funcionamento do gabinete técnico florestal que é um dos custos que entra nas contas como subcontratação e que depois é objecto de uma subvenção por parte da Autoridade Florestal Nacional, em relação aos custos com pessoal aumentaram devido à inclusão do pessoal não docente do Agrupamento de Escolas de Sardoal, espelha também a necessidade do município de adequar os meios humanos à absorção de programas como o da generalização das refeições nas escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e de enriquecimento curricular, outro exemplo do esforço desenvolvido pelo executivo, na redução das despesas, nomeadamente trabalho especializado, menos 98 mil euros, comunicações menos 24 mil e 500 euros, limpeza, higiene e conforto, menos 22 mil euros, diminuição em 9% nos empréstimos obtidos cujo valor absoluto representa 654 mil 752 euros. Por outro lado existe o caso dos valores a receber pelo município, como o caso da venda de água e resíduos sólidos, esses trabalhos em que a dívida de terceiros ao município cresceu 367%, ou seja cerca de 90 mil 179 euros o que significa que a situação não está fácil mesmo na obtenção de receita. Concluindo, a autonomia financeira do município mantém-se sem alterações em relação ao que foi nos anos anteriores, sendo que o resultado líquido apesar de ainda continuar negativo melhorou substancialmente em relação ao ano anterior. -----

Interveio o Senhor deputado Rui Serras referindo que o que ressalta é um resultado negativo. Todos os resultados desde os operacionais, financeiros e o líquido e, continuando nesta linha, demonstra que há uma falta de equilíbrio entre as receitas e as despesas, o que, nos tempos que correm, será de certa



forma e, tendo sempre em conta o factor social, irresponsável, porque perante isto a própria sobrevivência do município pode estar em causa. Haverá coisas que foram bem feitas mas é importante perceber que receitas terão de se conseguir para se fazer face aos custos que se tem, porque se as despesas forem sempre superiores aos custos, com o passar do tempo, as coisas tendem a ficar muito, muito complicadas. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, dizendo querer realçar aquilo que disse o Senhor deputado Joaquim Serras e também alguma parte que disse o deputado Rui Serras. Em relação à afirmação que disse o Senhor deputado Joaquim Serras na parte positiva da gestão, em que não podia estar mais de acordo. Em relação aquilo que o Senhor deputado Rui Serras diz, e que ao analisar o relatório deverá ter feito a comparação entre os anos anteriores e, o resultado apesar de negativo tem muito a ver com o funcionamento do gabinete de apuramento de custos, porque há muita despesa que ainda aparece em despesa corrente e devia ser capital. A Câmara ainda não conseguiu atingir esse nível de perfeição, de qualquer forma está-se a caminhar para lá e a prova está que, de 622 mil passou-se para 259. Houve uma melhoria significativa e isso é importante realçar, porque a continuar neste ritmo, se os próprios funcionários começarem atempadamente a apresentar os trabalhos e a catalogar o próprio material e os trabalhos executados como despesa de capital, o equilíbrio é fácil de conseguir, neste momento é só uma questão de eficácia do gabinete. -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara e reportando-se às suas palavras de Dezembro de 2009, dizendo que estavam os dois errados, porquanto na altura anteviu uma execução na ordem dos cinquenta por cento e o Senhor Presidente na defendeu que o orçamento era bom e que iria tentar ser executado na sua totalidade a taxa de execução cinquenta e quatro por cento. Disse isto para que o Senhor Presidente perceba o comentário anteriormente feito sobre a revisão orçamental, que tem de facto a ver, com os bons e os maus orçamentos. Quando as coisas são planeadas e existe um plano, uma estratégia, existem grandes linhas orientadoras que definem a política a fazer e aquilo que é certo é que esta execução por si só demonstra como é que o orçamento para 2010 foi feito, assim como os outros. -----

Em relação a algumas notas, algumas partes do relatório de gestão, de facto diz-se que estes resultados são o reflexo da boa prática de gestão utilizada, ainda assim não se pode esquecer que se tem um resultado negativo, é verdade que menos negativo que o do ano anterior e, para o qual se dizia que o objectivo era maximizar os proveitos e minimizar os custos. Em relação aos custos, do ponto de



vista genérico, aumentou 13%, questionando como é que se pode reduzir custos mantendo prestadores de serviços externos a fazer serviços para os quais a Autarquia tem funcionários em número e em qualificações adequados à execução desses serviços, está a falar em números redondos de meio milhão de euros, só em serviços de outsourcing. No que se refere às viagens é mais um ano em que 50 mil euros foram consumidos em viagens, em que este ano a novidade são as viagens para os idosos, destinadas a todos os idosos do concelho e contemplaram 67 pessoas. Por outro lado e em relação às receitas é caso para dizer que o ano de 2010 foi um ano, para quem tanto mal diz do governo desta nação, fabuloso com mais 210 mil euros em transferências, ainda assim no que diz respeito às outras receitas convém registar que a única receita que aumentou, foi a relacionada com as tarifas da água, que custou a todos os munícipes mais alguns euros. Todas as outras receitas e que são directamente ligadas com a actividade da Câmara tiveram reduções significativas. Em relação às dívidas a terceiros a mesma aumenta, cada ano que passa, existindo uma coisa curiosa, algumas das empresas de outsourcing também já começam a aparecer nas listas com dívidas a curto prazo. -----

Ainda em relação às dívidas, colocou uma questão que tem a ver com a ADSE. Em 2006 foi aprovado um empréstimo no valor de 400 e tal mil euros para pagamento da dívida à ADSE e para pagamento da dívida à Comunidade Urbana Médio Tejo. Supostamente em 2006 a dívida à ADSE foi saldada e hoje conta-se com 344 mil euros de dívida. -----

Este ano e, dado o aumento não previsto de receitas por transferência da Administração Central, podia ter sido aproveitado para liquidar dívidas a curto prazo nomeadamente às Juntas de Freguesia, as quais, à excepção de uma, todas elas viram a dívida aumentada, questionando se os Senhores Presidentes da Junta se sentem bem enquanto representantes da sua Junta de Freguesia numa situação destas em que temos Juntas de Freguesia como Santiago de Montalegre, que a dívida da Câmara já corresponde a um orçamento anual ou a Junta de Freguesia de Sardoal, em que a dívida da Câmara corresponde a 50% de um orçamento anual. Para Juntas do interior como são as nossas, acredita que ali sim, se faz uma boa gestão, porque com poucos recursos se consegue fazer alguma coisa. Lamenta que a Câmara Municipal não contribua em tudo o que lhe é devido para que isso possa acontecer. -----

Interveio a Senhora deputada Hália Santos colocando algumas questões sobre o documento, tendo uma delas a ver com a questão do turismo referindo que numa das alíneas referidas fala da questão do turismo, mas o que se vê depois nas rubricas são passeios e, quando viu turismo no Orçamento



pensou que iria encontrar despesas com actividades turísticas que atraíssem pessoas ao Concelho e não a colocação das viagens na rubrica do turismo, não lhe parecendo que esta seja a perspectiva que se deveria ter; outra questão, relativa à diminuição da publicidade e da propaganda, congratulando-se com esta iniciativa, em que esta verba é diminuída mas depois aumenta 611% a verba para os anúncios, questionando que tipo de anúncios são estes, se são aqueles que são obrigatórios aqueles que a Câmara tem mesmo que publicar na imprensa; fez ainda referência à questão da electricidade, pois existe informação de há uma ampliação significativa da rede de iluminação pública no Concelho, sobretudo nos locais mais recônditos onde as pessoas vivem efectivamente, o que significa um aumento substancial, questionando se não seria importante para se tentar reduzir este custo, fazer o que fazem muitas cidades europeias, ou seja, diminuir os consumos de electricidade em locais públicos onde as pessoas não estão, por exemplo, a entrada do Sardoal que tem uma quantidade de candeeiros inacreditável, em que as pessoas, sobretudo as de fora, pensam “que grande Avenida que aqui está, que grande iluminação e para que serve ??!!!”, sendo estas as questões que gostaria de ver respondidas. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara começando por responder ao Senhor deputado Adérito Garcia com o facto que para si é muito relevante, referindo que o senhor deputado deve ser a única pessoa que diz que o Governo, neste caso de maioria socialista, durante todo o ano fez um bom trabalho, o qual se pode ver com o FMI à nossa porta e em cima das nossas cabeças. Sobre o que referiu do que se gastou dos 500 mil euros, lamenta que não tenha procurado saber se era efectivamente e não é 500 mil euros, o que se gastou o no passado foi efectivamente 223 813, 03 mil euros, ou seja menos de metade daquilo que o Senhor deputado disse e, deve-se ao facto de que quando se faz qualquer contrato, este contar pela globalidade, embora tenha sido feito em anos anteriores e que passam para o ano seguinte. Em relação aos 50 mil euros do custo da viagem, acha curioso pois também, já ouviu esse número numa reunião de Câmara e a resposta que lhe dá, é a que dá a todas as pessoas, o valor dos 50 mil euros é tão verdade como o dos quinhentos mil. Em relação à viagem de estudo não irá discutir sobre a classificação das viagens, as quais fazem parte de um projecto que a Câmara vem desenvolvendo ao longo de muitos anos e, vão realizar-se este ano e, para a viagem dos estudantes ao Parlamento Europeu a Câmara tem já duas ajudas muito importantes, uma de 4 mil euros, vinda directamente do Parlamento Europeu e outra de 2500 euros dados pela Pegop. --- Em relação às receitas, reflectem também uma preocupação em relação à solução por parte da



Autarquia, dos cortes orçamentais que tem vindo a receber em termos de duodécimos, reflecte muito da acção da Câmara, a qual está de parabéns. Sobre a dívida à ADSE, referiu que é reconhecido por todos, a Câmara como entidade empregadora tem custos, os funcionários que tiverem de fazer operações, que tiverem de fazer fisioterapia entre outras, tudo tem custos adicionais muito grandes e isso é impossível controlar. Sobre as Juntas de Freguesia, é também sua opinião que estas estão a fazer um grande trabalho, com os parques rendimentos que têm, vão fazendo um trabalho muito interessante para proveito e benefício das populações que servem, esperando que continuem nesse caminho. -----

Em relação ao turismo, lamenta que a Senhora deputada só tenha visto a rubrica dos passeios, porque toda uma série de actividades que a Câmara desenvolveu ao longo do ano, nada tem a ver com os passeios, nomeadamente a Feira do Fumeiro, é uma actividade no âmbito do desenvolvimento do turismo no concelho, ou seja, nada está limitado só aos passeios, os quais fazem parte de uma outra componente, para a Câmara até é mais importante os passeios das pessoas que vêm até ao Sardoal e neste momento a Câmara está preparada para os receber e acompanhar e mostrar o Sardoal que se tem. -----

Em relação à electricidade, referiu que o Concelho pertence ao Médio Tejo e, neste momento o Médio Tejo 21 está a fazer o estudo dos gastos da factura da iluminação pública, estando a aguardar-se que o processo seja concluído e, relativamente à iluminação na entrada do Sardoal, se calhar era preferível ter aquela entrada às escuras como era antigamente ou tê-la agora assim? -----

Interveio a Senhora deputada Hália Santos para referiu que quem ali passa à noite, fá-lo de carro. -----
Posto o assunto a votação, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria aprovar, com onze votos a favor e quatro votos contra. -----

De acordo n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta**, a deliberação tomada. -----

Pela Bancada Parlamentar do Partido Socialista foi apresentada uma Declaração Política, cujo teor a seguir se transcreve: -----

“Os Deputados Municipais do Partido Socialista votaram contra a aprovação dos documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2010, uma vez que estes reflectem o agravamento dos



problemas estruturais do Município, conforme já previsto aquando da discussão dos Documentos Previsionais para o ano de 2010.

Aliás, as próprias conclusões dos documentos agora discutidos chegam a ser contraditórios: como é possível concluir e afirmar "...o espelho daquele resultado é o reflexo da boa política de gestão utilizada...", quando o resultado do exercício é negativo (-260.000 €), ou afirmar "... sendo os objectivos, maximizar proveitos e minimizar custos...", quando o que ocorreu foi exactamente o oposto: aumento dos custos (+13%) e redução das receitas próprias, apesar do aumento das transferências da Administração Central.

Num cenário económico e financeiro difícil, e que só apanhou desprevenido quem não estava atento, como é possível:

- Manter contratos com terceiros, em valor aproximado de Meio Milhão de euros, para prestação de serviços para os quais a autarquia conta nos seus quadros com funcionários em número e qualificações necessárias;*
- Insistir na tão famosa "Viagem de Estudo" para os jovens do nosso concelho, e outros, ou ainda juntar mais duas viagens ao estrangeiro para a maioria dos idosos do concelho (67 participações), com um custo total aproximado de 50.000€;*
- Aumentar significativamente os custos com pessoal, e seguramente não se deve ao pessoal não docente entretanto transferido para o Município, porque se o fosse, teria sido, seguramente, bem demonstrado nos documentos agora discutidos;*

No que se refere às receitas, todas as receitas directas da Autarquia sofreram reduções, com excepção das receitas ligadas ao consumo de água, com implicações directas nos bolsos de todos os munícipes. Apesar de todo o discurso negativo sobre o Governo da República, foi este que assegurou as receitas da Autarquia com um forte incremento nas transferências da Administração Central, em valor bastante superior ao inicialmente previsto (+210.000 €), incluindo a parte referente aos Impostos Indirectos com um acréscimo de 27% face à previsão inicial.

Apesar destas receitas não previstas, o ano não foi aproveitado para honrar os compromissos antes assumidos, ou os assumidos no ano de 2010.

- A dívida a terceiros continua a aumentar.*
- O prazo médio de pagamento aumentou;*



- *A ADSE, apesar de saldada a dívida em 2006, por contratação de empréstimo, apresenta já um valor de 344.000 €;*
- *As dívidas às PME's do concelho continuam a crescer;*
- *Os protocolos com as Juntas de Freguesia continuam por honrar, saldando-se em dívidas quase incomportáveis para as mesmas;*

O princípio do equilíbrio orçamental não foi cumprido: as receitas de capital foram usadas, na sua maior parte, para financiar as despesas correntes, perdendo-se, mais um ano, a oportunidade de investir em projectos que possam alavancar verdadeiramente a economia do concelho.

O nível de execução orçamental alcançado, 54%, é agora bem revelador da validade e rigor do orçamento aprovado em Dezembro de 2009.

Não é uma situação nova, já foi amplamente discutida em anos anteriores, mas ainda assim, alguns persistem em não ver aquilo que é evidente.

A boa execução do orçamento inicia-se, precisamente, no momento em que o mesmo é elaborado.

São estes indicadores que não podemos deixar de ter em conta, porque são demasiado evidentes, numa análise séria e objectiva dos documentos relativos à Prestação de Contas do Ano Económico de 2010 e que fundamentam e legitimam a nossa posição de votar contra a sua aprovação.

Aproveitamos ainda para deixar um repto á Câmara Municipal, não só porque é necessário, mas, e especialmente, porque vai ser imposto pela União Europeia e FMI, que a Câmara Municipal apresente na próxima Assembleia Municipal um plano para redução das despesas e custos do Município, que permita ainda no corrente ano de 2011 liquidar as dívidas de curto prazo, de forma a que seja possível pensar, desde já, no desenvolvimento económico do concelho, que todos ansiamos.

Sardoal, 28 de Abril de 2011

Os Deputados". -----

4. XIX Congresso da ANMP – Eleição do Presidente da Junta e seu substituto;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia referindo que se iria proceder a votação através do voto secreto, na urna, por duas vezes, uma para o Presidente da Junta efectivo e outra para o Presidente de Junta suplente. -----

Posto o assunto a votação, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria eleger o Sr. Victor Pires, Presidente da Junta de Freguesia de Sardoal, representante das juntas de Freguesia do Concelho e, o Sr. António Fernandes, (como seu substituto). -----



De acordo n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta**, a deliberação tomada. -----

Período de Intervenção do Público

Interveio o munícipe Senhor Amável Casola querendo colocar duas questões ao Senhor Presidente da Câmara, sobre a iluminação pública em Valhascos onde existem muitos candeeiros que se encontram apagados, tendo-se feito chegar uma informação ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia, que diz que não lhe compete informar a EDP de que os candeeiros estão avariados. Outra questão tem a ver com duas casas de arrecadação existentes na Rua Campo Milheiro, as quais se encontram em ruínas tendo o proprietário de uma delas mandado demolir quase tudo tendo ficado uma quina que o Senhor Presidente da Junta disse que não se devia demolir para não se tirar a estabilidade à outra parede, a qual nem sequer pega com a outra podendo ser retirada pois está a ameaçar cair para a via pública podendo apanhar alguém que lá passe. Colocou ainda a seguinte questão, há já alguns anos a Câmara Municipal disse que iria arranjar a Rua da Barroca, a qual foi alcatroada, várias pessoas disseram que a alargavam e isso nunca aconteceu, agora foi dito, não sabe se da parte da Junta de Freguesia se da Câmara Municipal, que se iria fazer uma alternativa e que foi a seguinte, o local onde passava um barroco de água foi alcatroado e, se passar uma viatura que tenha metro e meio de largura e três metros de comprimento não passa, questionando qual o tipo de alternativa foi esta se na outra rua conseguia passar um veículo com estas dimensões e neste nova isso não acontece. -----

Interveio o munícipe Senhor Jorge Laranjinha referindo que tudo o que tem referido, tanto nas reuniões de Câmara como da Assembleia Municipal, está na mesma, estando a pensar seriamente em se mudar para a sua terra, porque no Sardoal não o deixam ser Sardoalense. A Barragem da Lapa há-se continuar indefinidamente avariada, sobre a possível compra das instalações da Sarplás ainda não obteve uma resposta se a Câmara continua ou não interessada em comprar, o que deve ser difícil face à situação de crise, mas a Câmara podia ter outras intervenções e que seria arranjar alguém que pudesse vir para cá trabalhar, sobre as tarifas de saneamento e não se queixa por si próprio, mas em relação às fossas sépticas sabe-se que são estanques ou não estanques, as estanques, a Câmara tem que as despejar, as não estanques, podem ter dreno ou não ter e, existem também as fossas biológicas, em que a água que escoar pelo dreno é quase boa até para regar, existindo pessoas que dizem que pagam e nem precisam dos serviços da Câmara. Sobre as praias fluviais, nomeadamente na



Barragem da Lapa, em que o leito não está limpo e até se podia abrir concurso para alguém que quisesse explorar as instalações ali existentes. Os postes de sinalização continuam avariados, assim como alguns aquedutos que devido a acidentes continuam partidos, as valetas continuam a não ser limpas, a iluminação da Venda Nova é uma vergonha, porque arranjam os acessos, mas os candeeiros têm lâmpadas tão antigas que mal dão luz. O ecoponto é outro problema, tendo inclusive naquele dia recebido numa factura da água um papel muito engraçado com o ecoponto para depositar o óleo, mas na Venda Nova não há nada disso, questionando onde poderá colocar o mesmo. Sobre o Eucalipto Grande, continua a não ver nada que esteja a ser feito, estando-se à espera que caia algum ramo e que mate alguém. A estrada de Valongo para Santiago de Montalegre continua uma vergonha, tendo verificado também que existe uma outra estrada que liga S. Simão a Andreus e também está em muito mau estado, já não falando do caminho que leva aos Moinhos de Entrevinhas. Referiu ainda ter sugerido em reunião de Câmara, que uma das reuniões Camarárias, pelos menos as publicas, pudessem ser efectuadas nas Juntas de Freguesias, como se faz noutros municípios.-----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara dizendo que, sobre a iluminação, devem ser lâmpadas fundidas e que irá mandar ver e depois será comunicado à EDP, pois esta empresa é que tem que substituir as lâmpadas. -----

Sobre as paredes em ruínas no Campo Milheiro, se calhar a Câmara podia demolir, mas existe uma entidade à qual a Câmara tem que ter em atenção que é o proprietário das paredes. Em relação à Rua da Barroca questionou o município se a Rua não está melhor agora do que antigamente claro que alargado para o dobro ficaria melhor. -----

Sobre o que disse o município Sr. Laranjinha, a Câmara tem conhecimento das suas apreensões e que a Câmara está em cima dos acontecimentos. A questão do Eucalipto é muito preocupante para a Câmara e neste momento a Câmara encontra-se a trabalhar em sintonia com uma outra autarquia para que possa vir uma escada, porque cortar um ramo daqueles não é uma coisa fácil. -----

A Lapa está a ser reparada e espera que a Barragem fique em condições pois ainda acredita nos engenheiros que se pronunciaram sobre a mesma. -----

Não havendo mais nada a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Mesa, encerrada a sessão, eram dez horas e trinta minutos da qual se lavrou a presente acta e que foi redigida por mim, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal e que também assino. -----



Sessão Ordinária de 28 de Abril de 2011
Acta nº 02/ 2011

O Presidente da Assembleia Municipal _____

O Segundo Secretário _____